



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1011984-23.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto **Mandado de Segurança Cível - Abuso de Poder**
 Impetrante: **Sigma's Agrícola Comercio de Metais e Reciclaveis Ltda - Me**
 Impetrado: **Delegado Regional Tributario de Araraquara Drt 15 e outro**

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

SIGMA'S AGRICOLA COMERCIO DE METAIS E RECICLÁVEIS LTDA-ME qualificada nos autos, impetrou o presente mandado de segurança contra o delegado tributário **JOÃO ZANA** e o chefe do posto fiscal **CARLOS EDUADRO BASSI MAIO**, afirmando que é pessoa jurídica de direito privado regularmente inscrita, tendo como objetivo comércio atacadista e varejista de diversas mercadorias. Aduziu que após fiscalização recebeu notificação de que seu cadastro fora suspenso com base no previsto no artigo 3º, § 1º, item 3 da Portaria CAT 95/06 e no artigo 30, inciso I, do RICMS/00. Assim pleiteou em tutela antecipada a alteração da situação cadastral de sua inscrição estadual a fim de que se torne "ativa" e ao final a procedência da ação convalidando-se em definitiva a tutela antecipada concedida. Juntou documentos.

A liminar foi indeferida. Contra esta decisão foi interposto recurso o qual foi negado provimento.

Notificada, a autoridade coatora prestou suas informações. Ao final o representante do Ministério Público declinou de sua intervenção.

É o Relatório.

DECIDO.

A ordem deve ser denegada.

Inicialmente a assertiva inicial está baseada em fatos,

1011984-23.2018.8.26.0037 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

os quais dependem de melhores elementos de prova, circunstância esta não condizente com a ação mandamental. Aqui, malgrado todo o alegado, a legalidade e a legitimidade do ato administrativo não restaram sequer abaladas.

Cumpra lembrar, que a existência de direito líquido e certo é requisito imprescindível à ação de mandado de segurança. Em verdade, direito líquido e certo é aquele, cujas afirmações são comprovadas de plano pelo impetrante, sem necessidade de dilação probatória.

No caso dos autos a impetrante não fez prova de todo alegado na inicial e não se faz crer tenha direito líquido e certo para alteração cadastral de sua inscrição estadual, tendo em vista que a decisão tomada pelo órgão fazendário foi baseada em relatório fiscal, devidamente fundamentado, conforme se nota às fls. 95/104, bem como em legislação tributária.

Não se verificando irregularidades no ato de suspensão preventiva da inscrição estadual da impetrante, preserva-se, pois, a presunção de veracidade do ato administrativo.

Ante o exposto, **DENEGO A SEGURANÇA.**

Arcará a impetrante com o pagamento das custas e despesas processuais, ressalvada a gratuidade, estando isento dos honorários advocatícios, ao teor da Súmula 105 do S.T.J e art. 25 da Lei 12.016/2009.

Oficie-se à autoridade coatora, cientificando-a do teor desta decisão.

P.I.C.

Araraquara, 18 de dezembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**